

## MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

# PORTARIA Nº 6/GM, DE 08 DE JANEIRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2018-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.005141/2018-41, resolve:

## Capítulo I

#### DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa SPE Gameleira Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.099.001/0001-84, com sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1.184, 7º andar, sala R, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Gameleira, no Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.038006-7.01, com 14.700 kW de capacidade instalada e 8.500 kW médios de garantia física de energia, constituída por sete unidades geradoras de 2.100 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Gameleira, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/230 kV, junto à central geradora, e uma linha em 230 kV, com cerca de vinte e seis quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Touros, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

- Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:
- I cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;
- II implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:
  - a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação LI: até 28 de junho de 2022;
- b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 9 de julho de 2022;
- c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de dezembro de 2021;
  - d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 8 de agosto de 2022;
  - e) início das Obras Civis das Estruturas: até 6 de setembro de 2022;
  - f) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 6 de outubro de 2022;
  - g) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 5 de novembro de 2022;
- h) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 26 de dezembro de 2022:
  - i) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 31 de dezembro de 2023;

- j) obtenção da Licença Ambiental de Operação LO: até 7 de outubro de 2023;
- k) início da Operação em Teste da 1ª unidade geradora: até 26 de novembro de 2023;
- l) início da Operação em Teste da 2ª unidade geradora: até 1º de dezembro de 2023;
- m) início da Operação em Teste da 3ª unidade geradora: até 6 de dezembro de 2023;
- n) início da Operação em Teste da 4ª unidade geradora: até 11 de dezembro de 2023;
- o) início da Operação em Teste da 5ª unidade geradora: até 16 de dezembro de 2023;
- p) início da Operação em Teste da 6ª unidade geradora: até 21 de dezembro de 2023;
- q) início da Operação em Teste da 7<sup>a</sup> unidade geradora: até 26 de dezembro de 2023;
- r) início da Operação Comercial da 1ª unidade geradora: até 1º de dezembro de 2023;
- s) início da Operação Comercial da 2ª unidade geradora: até 6 de dezembro de 2023;
- t) início da Operação Comercial da 3ª unidade geradora: até 11 de dezembro de 2023;
- u) início da Operação Comercial da 4ª unidade geradora: até 16 de dezembro de 2023;
- v) início da Operação Comercial da 5ª unidade geradora: até 21 de dezembro de 2023;
- w) início da Operação Comercial da 6ª unidade geradora: até 26 de dezembro de 2023; e
- x) início da Operação Comercial da 7ª unidade geradora: até 31 de dezembro de 2023.
- III manter, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2018-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R\$ 5.837.700,00 (cinco milhões, oitocentos e trinta e sete mil e setecentos reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Gameleira;
- IV submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS;
  - V aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE;
- VI firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2018-ANEEL; e
- VII encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

- Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Gameleira, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.
- Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

## Capítulo II

## DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Gameleira, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

- § 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de julho de 2018, são de exclusiva responsabilidade da SPE Gameleira Energia S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética EPE.
- § 2º A SPE Gameleira Energia S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.
- § 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- § 4º A SPE Gameleira Energia S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

# Capítulo III

# DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Gameleira, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A SPE Gameleira Energia S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

- I manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;
- II destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;
- III manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e
- IV observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da SPE Gameleira Energia S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

# Capítulo IV

## DISPOSICÕES FINAIS

- Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.
- Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.
  - Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

#### **BENTO ALBUQUERQUE**



Documento assinado eletronicamente por **Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior**, **Ministro de Estado de Minas e Energia**, em 10/01/2019, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto nº 8.539</u>, <u>de 8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="http://www.mme.gov.br/sei/controlador externo.php?">http://www.mme.gov.br/sei/controlador externo.php?</a>
<a href="mailto:acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0">acesso externo=0</a>, informando o código verificador **0245275** e o código CRC **403FC7BC**.

#### ANEXO I

| Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da |                     |  |  |
|--|---------------------|--|--|
| Infraestrutura   |                     |  |  |
| Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica                                     |                     |  |  |
| Representante legal: Fernando Mano da Silva  | CPF: 690.436.121-20 |  |  |
| Representante legal: Alessandro Gregori Filho  | CPF: 286.054.178/03 |  |  |
| Responsável técnico: Júlio Cezar Lemes Pinto   | CPF: 725.211.126-15 |  |  |
| Contador: Daniela Ribeiro Mendes   | CPF: 189.024.198-94 |  |  |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R\$)          |                     |  |  |
| Bens   | 87.707.000,00       |  |  |
| Serviços   | 20.455.000,00       |  |  |
| Outros   | 8.592.000,00        |  |  |
| Total (1)  | 116.754.000,00      |  |  |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R\$)          |                     |  |  |
| Bens   | 79.594.000,00       |  |  |
| Serviços   | 18.563.000,00       |  |  |
| Outros   | 7.797.000,00        |  |  |
| Total (2)  | 105.954.000,00      |  |  |
| Período de execução do projeto: De 29 de junho de 2022 a 29 de novembro de 2023.                           |                     |  |  |

## **ANEXO II**

| Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011 |                    |              |  |
|--|--------------------|--------------|--|
| Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)  |                    |              |  |
| Razão Social   | CNPJ               | Participação |  |
| CPFL Energias Renováveis S.A.  | 08.439.659/0001-50 | 99,99988 %   |  |
| PCH Holding S.A.   | 09.640.711/0001-03 | 0,00012 %    |  |

#### **ANEXO III**

| Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Gameleira |                 |           |  |
|--|-----------------|-----------|--|
| Aerogerador  | Coordenadas UTM |           |  |
|  | E (m)           | N (m)     |  |
| 1  | 227.417         | 9.419.780 |  |
| 2  | 227.536         | 9.420.066 |  |
| 3  | 227.672         | 9.420.346 |  |
| 4  | 226.278         | 9.420.721 |  |
| 5  | 226.362         | 9.421.012 |  |
| 6  | 226.471         | 9.421.296 |  |
| 7  | 226.562         | 9.421.583 |  |

Fuso/Datum: 25S/SIRGAS2000.

**Referência:** Processo nº 48500.005141/2018-41 SEI nº 0245275